



MUNICÍPIO DE CASTRO VERDE CÂMARA MUNICIPAL

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE CASTRO VERDE, REALIZADA NO DIA 8 DE JUNHO DE 2016.

Nº. 12/2016

Estiveram presentes para o efeito os eleitos: Francisco José Caldeira Duarte, na qualidade de Presidente da Câmara Municipal de Castro Verde, e António João Fernandes Colaço, António José Rosa de Brito e Carlos Alberto Camacho Guerreiro Pereira, na qualidade de Vereadores.

Faltou a esta reunião o Vereador Paulo Jorge Nascimento, cuja falta foi justificada por estar a gozar um período de férias.

ABERTURA DOS TRABALHOS

Dada a existência de quórum foi, pelo Sr. Presidente, declarada aberta a reunião pelas 21,40 horas.

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA

Não foi apresentado qualquer assunto no período antes da ordem do dia.

ORDEM DO DIA

- **Aprovação da ata da reunião anterior:**

Atendendo a que foi distribuída, previamente, a todos os presentes, cópia da ata da reunião anterior, foi dispensada a sua leitura, pelo que o Sr. Presidente colocou-a à consideração dos restantes membros e, não havendo qualquer proposta de alteração, submeteu-a a votação, tendo a mesma sido aprovada por unanimidade.

ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL

1. - Informações:

Deu o Sr. Presidente conhecimento do seguinte despacho que proferiu relativamente à fixação do horário contínuo de trabalho nos setores de produção de obras, gestão ambiental e manutenção:

“DESPACHO HORÁRIOS DE TRABALHO

Considerando que, na época estival, se justifica um ajuste dos horários de trabalho de alguns setores, pela natureza das atividades exercidas no exterior aliada às características climáticas (nesta época do ano) na Região em que o concelho se insere, de forma que as funções atribuídas aos mesmos se desenvolvem nas melhores condições;

Nos termos do art.º 110º da LTFP aprovada pela Lei nº 35/2014, de 20 de junho, e do ACT - Acordo Coletivo de Trabalho nº. 184/2015, publicado na 2ª. série do Diário da República, nº. 228, de 20 de novembro.

Determino, como modalidade de horário de trabalho para os setores abaixo indicados o seguinte:

1 - Que durante o período **de 13 de junho a 26 de agosto de 2016**, o horário de trabalho, referente aos setores de produção de obras, gestão ambiental e manutenção, seja contínuo nos dias úteis, **com início às 7 horas e termo às 13 horas**.

Durante o período de trabalho poderá observar-se uma interrupção nunca superior a 30 minutos.

2 - Mantém-se com o horário atualmente em vigor, sem prejuízo da observância de horários específicos, designadamente os seguintes serviços:

- Todos dos serviços que funcionam nos Paços do Município;
- Gabinete de Educação e Ação Social;
- Biblioteca, Parques Desportivos, Fórum, Piscinas Municipais, Parque de Campismo e demais instalações desportivas e culturais.
- Cemitério.
- Serviços de transportes, de águas, saneamento e higiene (em que o horário normal de recolha de resíduos sólidos já coincide com o supra mencionado), na quantidade de pessoal e nos subsectores em que se torne indispensável, segundo determinação dos respetivos responsáveis.”

2. - Expediente:

Tomou a Câmara conhecimento do seguinte expediente:

- “E-mail” da Direção do Agrupamento de Escolas de Castro Verde dando conhecimento da moção aprovada pelo seu Conselho Pedagógico, contra a violência ocorrida na Escola Secundária de Castro Verde, com jovens do “GPS”.
- “E-mail” da Associação Nacional de Municípios Portugueses acerca da criação do Grupo Técnico para a Distribuição de Critérios para a avaliação da Reorganização do Território das Freguesias.
- “E-mail” da CIMBAL, dando conhecimento do ofício dirigido ao Sr. Primeiro Ministro pela Comunidade Intermunicipal Tâmega e Sousa, sobre a distribuição dos fundos comunitários.
- Boletim Informativo da Associação de Agricultores do Campo Branco relativo aos meses de Maio e Junho do ano corrente.
- “E-mails” do Grupo Parlamentar do Partido Comunista Português sobre a “Alteração ao modelo de funcionamento em horário administrativo dos postos da GNR”; “Alegadas descargas poluentes ilegais de resíduos de pedra e resinas de aglomeração em Abrantes”;

sobre os projetos que “Altera o Regime Jurídico do Serviço Público do Transporte de Passageiros aprovados pela Lei nº. 52/2015, de 9 de Junho”, sobre “Medidas de reforço das Comissões de Proteção de Crianças e Jovens visando a eficácia da sua intervenção”; acerca do “alargamento da rede de creches e equipamentos de apoio à infância”; sobre “Medidas de combate à pobreza infantil”; e sobre a “Universalização de educação pré-escolar a partir dos três anos de idade”.

- “E-mail” da União dos Sindicatos de Lisboa agradecendo o apoio prestado à “Inter Reformados Lisboa” nas comemorações do 25 de Abril, em Castro Verde.

DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

1. - Mapa centralizador da receita e despesa:

Tomou a Câmara conhecimento do Mapa Centralizador de Receita e Despesa, referente ao movimento de tesouraria no período compreendido entre o dia 1 de Janeiro a 31 de Maio de 2016, o qual apresenta os seguintes saldos:

- Operações orçamentais:

Saldo do ano de 2015	239.878,26 €
Receitas cobradas	3.848.371,97 €
Soma	4.088.250,23 €
Despesas realizadas	3.607.451,13 €
Saldo em 31.05.2016	480.799,10 €

- Operações de Tesouraria:

Saldo do ano de 2015	207.872,19 €
Op. Extra - Orçamentais – Entradas	283.513,88 €
Soma	491.386,07 €
Op. Extra. Orçamentais – Saídas	281.839,89 E
Saldo em 31.05.2016	209.546,18 €

- Disponibilidades:

Caixa	19.113,62 €
Fundos de Maneio	2.500,00 €
Instituições Bancárias	668.731,66 €
Total das disponibilidades em 31.05.2016	690.345,28 €
Documentos	23.233,78 E
Total de movimentos de tesouraria em 31.05.2016	713.579,06 €

- Total dos encargos de curto e médio prazo assumidos e não pagos respeitantes a fornecimentos, empreitadas e diversas prestações de serviços em 31 de Maio de 2016: 228.591,11 €.

2. - Balancete mensal acumulado (Razão):

Tomou a Câmara igual conhecimento do balancete acumulado (razão) referente ao mês de Maio, o qual se anexa à presente ata, dando-se, por isso, como aqui integralmente transcrito.

3. - Proposta da 5ª alteração a efetuar ao Orçamento e Opções do Plano - 2016:

Apresentou o Sr. Presidente a seguinte proposta:

“Considerando a necessidade de se fazer uma alteração aos documentos previsionais do ano de 2016, e que esta implica o reforço de algumas rubricas e a redução de verbas de outras.

Considerando que tal situação nos obriga a que formalmente precisemos de autorização do Órgão Executivo, cf. dispõe o art.º 33º/1 al. d) da Lei nº. 75/2013, de 12 de setembro.

Formalmente proponho, que a Câmara Municipal de acordo com o preceito legislativo, aprove na próximo reunião, a alteração nº. 5 dos documentos previsionais de 2016 (Orçamento e Gop,s)”

Apreciado o assunto, onde o Sr. Presidente prestou informação sobre as alterações em causa, e submetida a votação, deliberou a Câmara, por maioria, com as abstenções dos Srs. Vereadores António José Rosa Brito e Carlos Alberto Camacho Guerreiro Pereira, aprovar a 5ª alteração a efetuar ao Orçamento e Opções do Plano do ano em curso, cujos documentos que a constituem se anexam à presente ata dando-se, por isso, como aqui integralmente transcritos.

4.- Emissão de pareceres prévios para a celebração de contratos de aquisição de serviços:

Apreciou a Câmara a informação/proposta com o nº. de registo 4052 do Gabinete de Planeamento e Gestão de Contratos, que a seguir se transcreve:

Considerando o disposto no art.º 35º/10, da Lei nº 7-A/2016, de 30 de março, Lei do Orçamento de Estado para 2016, adiante designado por (LOE), que aponta para a obrigatoriedade da existência de parecer prévio vinculativo do Órgão Executivo, nas celebrações de contratos de aquisição de serviços, considerados ou não essenciais, independentemente do valor da adjudicação.

Considerando a obrigação prevista no art.º 3º da Portaria nº 149/2015, de 26 de maio, que estabelece quais os requisitos cumulativos que devem instruir o pedido de parecer, e se encontram em anexo ao mapa resumo que é apresentado.

Neste sentido, solicito a V.Ex.^a, e ao abrigo do disposto no art.º 35º/5, da LOE, a emissão de pareceres prévios favoráveis para a celebração dos seguintes contratos de aquisição de serviços, cujo objeto consta do mapa anexo à presente proposta, nos seguintes termos:

- Realização de espetáculo musical com Ana Moura, no dia 3 de Julho, no âmbito das Festas da Vila, por ajuste direto, pelo preço base de 22.000,00 €
- Realização de espetáculo musical com Nelson Freitas, no dia 2 de Julho, no âmbito das Festas da Vila, por ajuste direto, pelo preço base de 15.500,00 €
- Aquisição de serviços de apoio no Arquivo Histórico no âmbito da Carta do Património, por ajuste direto, pelo preço base de 4.800,00 €.
- Aquisição de serviços para elaboração da Carta do Património, por ajuste direto, pelo preço base de 14.650,00 €.

Apreciado o assunto, a Câmara, no uso da competência prevista no artigo 35/5º e 10º da Lei nº.7-A/2016 (Lei do Orçamento de Estado para 2016), deliberou, por maioria, com as abstenções dos Srs. Vereadores António José de Brito e Carlos Alberto Camacho Pereira, emitir pareceres prévios favoráveis para a celebração dos contratos de aquisição de serviços em causa, nos termos acima enumerados.

5. - Pedido de permuta de sepulturas perpétuas por gavetões municipais:

Apreciou a Câmara a informação n.º 479, da Secção Administrativa, sobre o assunto em título, cujo teor é o seguinte:

“Foi rececionada em 11 de maio do corrente ano uma carta da parte do Sr. José Luís Martins Isidro na qualidade de responsável pela inumação de sua mãe Rita Morleira Martins Isidro, falecida em 23-7-2013 que se encontra sepultada no talhão 4ºDt.º, fila 9, coval 5, sob o n.º 571 e de sua tia Irene Augusta de Deus Isidro, falecida em 25-2-2010, que se encontra sepultada no talhão 2º Esq.º, fila 5, coval 6 sob o n.º 601, solicitar a troca da concessão das referidas sepulturas por dois gavetões ossários para onde seriam trasladados os restos mortais aí existentes.

O alvará correspondente ao terreno n.º 571 onde se encontram os restos mortais de Rita Morleira Martins Isidro foi concedido à própria em 12 de junho de 1984 sob o n.º 523.

O alvará correspondente ao terreno n.º 601 onde se encontram os restos mortais de Irene Augusta de Deus Isidro foi concedido a sua mãe, Clara Maria Isidro em 19 de maio de 1944 sob o n.º10.

Conforme estabelecido no art.44º do Regulamento do Cemitério Municipal de Castro Verde, a transmissão da concessão das sepulturas perpétuas obedece aos termos gerais de direito sucessório.

Menciona o Sr. José Luís Martins Isidro no seu pedido que os herdeiros da sua mãe e da sua tia, são ele próprio e a irmã Maria Clara Martins Isidro.

Cumpr-me informar que estamos perante um pedido excecional, o qual não se encontra previsto no Regulamento do Cemitério Municipal de Castro Verde.

Considero ainda pertinente informar que de acordo com o Regulamento Municipal de Taxas e Preços o valor atual de um terreno no Cemitério Municipal de Castro Verde é de 245,00 € ao qual acresce o valor do Alvará que é de 12,50€. O valor de um Gavetão Ossário é de 85,00 €.

No caso de o pedido ser deferido, informo que as trasladações dos restos mortais darão lugar a exumações que tem um custo de 50,00€ por cada ossada.”

Apreciado o assunto, deliberou a Câmara, por unanimidade, aceitar a permuta das sepulturas perpétuas por gavetões municipais, nos termos a que se refere a presente informação.

DIVISÃO DE OBRAS, GESTÃO URBANÍSTICA E AMBIENTAL

1. - Obras e loteamentos municipais:

- **Discussão pública do Plano de Pormenor da Zona de Atividades Económicas de Castro Verde - Relatório de ponderação dos resultados:**

Na sequência da deliberação tomada no dia 13 de Abril do ano corrente, relativamente à abertura do período de discussão pública do Plano de Pormenor da Zona de Atividades Económicas de Castro Verde, apreciou a Câmara o relatório de ponderação de resultados, elaborado pela Divisão de Gestão Urbanística e Ambiental, no qual dá conta que “durante o período de discussão pública do plano, não foi rececionada qualquer tipo de participação, reclamação ou mesmo pedido de esclarecimento por parte de particulares e interessados, razão pelo qual não há motivo para ponderação.”

Acresce, em termos de conclusão, que de acordo com o atrás referido, findo o período de discussão pública e não carecendo a atual proposta do Plano de Pormenor da Zona de Atividades Económicas de Castro Verde de revisão, é de opinião que a mesma se pode converter em versão final para eleitos de aprovação.

Assim e de acordo com o disposto nos nºs 6 e 7 do artigo 89º, conjugado com o disposto no nº. 1 do artigo 90º, do Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial - RJIGT, a proposta do plano encontra-se em condições de ser aprovada pela Assembleia Municipal, mediante proposta apresentada pela Câmara Municipal.

Apreciado o assunto, deliberou a Câmara, por unanimidade e nominalmente aprovar a versão final do Plano Pormenor de Atividades Económicas de Castro Verde para efeitos de ser apreciação e votação da Assembleia Municipal.

Ficam anexos à presente ata os documentos que constituem o relatório de ponderação de resultados da discussão pública do Plano de Pormenor da Zona de Atividades Económicas de Castro Verde, dando-se, por isso, como aqui integralmente transcritos.

- **Aprovação das revisões de preços de diversas empreitadas:**

Apreciou a Câmara a seguinte informação apresentada pela Divisão de Obras, Gestão Urbanística e Ambiental, sobre o assunto em título:

“As contas finais das empreitadas em anexo foram elaboradas conforme disposições constantes do DL nº. 6/2004, de 6 de Janeiro, aprovadas e assinadas pelos representantes de ambas as partes, dono da obra e empreiteiro.

De acordo com um parecer jurídico elaborado pelos serviços jurídicos do INALENTEJO, “quem tem competência para aprovação da conta final da empreitada é o mesmo órgão que tem competência para abrir o procedimento, ou seja, para emitir a decisão de contratar, autorizar a despesa e a escolha do procedimento.”

Como a revisão de preços é uma das componentes financeiras da conta final da empreitada e cujo valor é calculado com aplicação de parâmetros que não têm relação direta com a empreitada, somos de opinião que se enquadra no espírito do parecer jurídico referido anteriormente.

Sendo assim, junto enviamos para aprovação superior as revisões de preços das empreitadas constantes do mapa anexo e adjudicadas através de concursos públicos:

Objeto	Adjudicatário	Total da Empreitada	Revisão de Preços	Data Contrato
Reabilitação do jardim, parque Infantil e Instalações Sanitárias, sito na Rua da Seara Nova em Castro Verde	Iceblock - Sociedade de Construção S.A.	212.779,52 €	3.264,17 €	25-09-2009
Reabilitação do Cineteatro Municipal de Castro Verde	Iceblock - Sociedade de Construção S.A.	904.839,58 €	16.037,03 €	28-05-2009
Empreitada de Remodelação/Reabilitação do antigo Mercado Municipal - Centro de Promoção de Património e Turismo	Iceblock - Sociedade de Construção S.A.	248.608,44 €	79,89 €	30-06-2011

Empreitada de Repavimentação da Rua de Beja/Praça Zeca Afonso/Rua do Paço e Reconstrução do Pelourinho em Entradas	Consdep - Engenharia e Construção S.A.	93.327,21 €	00,00 €	07-11-2011
--	--	-------------	---------	------------

Apreciado o assunto, deliberou a Câmara, por maioria, com a abstenção dos Srs. Vereadores António José de Brito e Carlos Alberto Camacho Pereira, aprovar as revisões de preços das empreitadas acima referidas.

Justificaram os Srs. Vereadores a sua abstenção pelo facto das obras em causa terem sido executadas no mandato anterior.

- **Plano de Segurança e Saúde referente à obra de “Reforço de Infraestruturas urbanas/arruamentos - Rua da Corredora, Rua projetada à Rua da Corredoura e Rua das Eiras, em Castro Verde:”**

Na sequência do parecer proferido pela Divisão de Obras, Gestão Urbanística e Ambiental, apreciou a Câmara e aprovou por unanimidade e nominalmente o plano de segurança e saúde referente à obra em título, apresentado pelo respetivo empreiteiro, a Sociedade de Construções e terraplanagens Ld.^a - JASFEC.

- **Plano de Segurança e Saúde referente à obra de “Execução de Infraestruturas do Espaço Público do Jardim da Esteva, em Castro Verde:**

Na sequência do parecer proferido pela Divisão de Obras, Gestão Urbanística e Ambiental, apreciou a Câmara e aprovou por unanimidade e nominalmente o plano de segurança e saúde referente à obra em título, apresentado pelo respetivo empreiteiro, a Sociedade de Construções e Terraplanagens Ld.^a - JASFEC.

2. - Obras particulares/outros:

- **Deliberação final sobre processos de obras:**

Apreciou a Câmara e aprovou por unanimidade os projetos das especialidades para efeitos de deliberação final, e consequente emissão da respetiva licença de obras, sobre o projeto de construção de uma habitação na Rua Timor Lorosae, lote 31, em Castro Verde, apresentado por Pedro Miguel Paulino dos Santos.

- **Processos de loteamento urbano, sem obras de urbanização:**

Apreciou a Câmara o projeto de loteamento, sem obras de urbanização, requerido por Maria Arlete Maruta Martins, cabeça de casal da herança de António Guerreiro de Brito Camacho, para levar a efeito nos seus prédios sítos na Rua de Santa Bárbara n.º 2 e na Rua Capitão Henrique Galvão n.ºs 1, 3 e 5, em Castro Verde, o qual visa a divisão do prédio existente, registado na Conservatória do Registo Predial numa única inscrição mas constituído por quatro alíneas diferentes, correspondendo a cada uma um artigo urbano, e a cada uma das alíneas (artigos) corresponde um prédio já edificado e autónomo, com infraestruturas próprias de água, esgotos eletricidade e telefones.

Apreciado o assunto, a Câmara, em face da informação prestada pelo Gabinete de Gestão Urbanística, deliberou por unanimidade e nominalmente, aprovar a operação de loteamento pretendida (processo nº.1/2016).

Apreciou a Câmara em seguida o projeto de loteamento, sem obras de urbanização, requerido igualmente por Maria Arlete Maruta Martins, cabeça de casal da herança de António Guerreiro de Brito Camacho, para levar a efeito nos seus prédios sítos na Rua Capitão Henrique Galvão nºs 9,11 e 13, em Castro Verde, o qual visa a divisão do prédio existente, registado na Conservatória do Registo Predial numa única inscrição mas constituído por três alíneas diferentes, correspondendo a cada uma um artigo urbano, e a cada uma das alíneas (artigos) corresponde um prédio já edificado e autónomo, com infraestruturas próprias de água, esgotos eletricidade e telefones.

Apreciado o assunto, a Câmara, em face da informação prestada pelo Gabinete de Gestão Urbanística, deliberou por unanimidade e nominalmente, aprovar a operação de loteamento pretendida (Processo nº.2/2016).

DIVISÃO DE AÇÃO SOCIAL, EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO

1. - Protocolo de colaboração com a Associação de Solidariedade Social - Seara de Abril:

Conforme proposta apresentada pelo Sr. Vereador Paulo Nascimento, apreciou a Câmara a minuta do protocolo de colaboração a celebrar entre esta a Autarquia e a Associação de Solidariedade Social - Seara de Abril, o qual tem por objeto o estabelecimento dos termos e condições em que os outorgantes se comprometem a garantir o fornecimento de refeições escolares aos alunos do Jardim de Infância e do 1º. Ciclo do Agrupamento de Escolas de Castro Verde (escola de Santa Bárbara de Padrões.

Apreciado o assunto, deliberou a Câmara, por unanimidade e nominalmente celebrar com a Associação de Solidariedade Social - Seara de Abril, o protocolo de colaboração em causa, nos termos da minuta que se anexa à presente ata, dando-se, por isso, como aqui integralmente transcrita.

2. - Proposta de parceria com a Federação Portuguesa de Voleibol:

Apreciou a Câmara a seguinte proposta formulada pelo Sr. Vereador Paulo Nascimento:

“Nos últimos tempos, Castro Verde tem sido espaço de dinamização de um conjunto de iniciativas no âmbito da prática do voleibol, fruto de uma cooperação que assenta num trabalho de parceria, onde importa destacar a Câmara Municipal de Castro Verde, a Associação de Voleibol do Alentejo e Algarve, a Federação Portuguesa de Voleibol, o Agrupamento de Escolas de Castro Verde e, muito recentemente, o Núcleo do Sporting Clube de Portugal de Castro Verde.

Esta dinâmica tem tido subjacente o protocolo de colaboração celebrado entre a autarquia e a AVAL, sediada em Castro Verde, a existência do Campo de Jogos de Areia no Parque Desportivo e o Centro de Gira Vôlei no AECV, e que permitiu, entre muitas outras iniciativas, a organização das seguintes iniciativas:

- Circuito de Voleibol “Summer Volley Alive”;
- Estágio das Seleções Nacionais Jovens;
- Campo de Férias Gira-Praia (na pausa letiva da Páscoa);

- Encontro Regional do Alentejo e Algarve de Gira-Vôlei;
- Apresentação do Projeto Voleibol Sentado, direcionado a pessoas com mobilidade reduzida e a necessidades educativas especiais.
- Etapa do Circuito Nacional de Gira-Praia, etc.

Neste momento há também a realçar o início do Projeto “Voleibol” do Núcleo Sporting de Castro Verde, que permitirá a prática federada da modalidade, mas também uma ação comunitária de atividade física promotora de hábitos de vida saudável, conforme protocolo de colaboração celebrado com a autarquia para o efeito.

Enquadrado nesta ação que se tem vindo a construir, Castro Verde recebeu no ano passado uma etapa do Campeonato Nacional de Voleibol de Praia, uma experiência que foi muito positiva, trazendo público de fora que, tendo por base uma organização profissional de qualidade, assistiu nas Piscinas Municipais a um fim-de-semana de alta competição e animação, com transmissão televisiva das finais, um evento que contribuiu para a dinamização socioeconómicas e para a promoção de Castro Verde.

Em 2016, o Campeonato Nacional de Voleibol de Praia tem a sua 1ª etapa agendada para o Campo de Jogos de Areia, trazendo a Castro Verde as melhores duplas nacionais que se classificaram para este circuito final, sendo uma iniciativa que tem para a Federação Portuguesa de Voleibol uma orçamento global de 35.000 €, na medida em que se trata de uma prova de competição profissional, com transmissão televisiva em direto das finais, e a montagem de infraestruturas necessárias, com destaque para uma bancada com capacidade para 300 lugares.

Assim, por se considerar esta iniciativa de interesse no contexto mencionado, **no espírito dos acordos existentes, em conformidade com os princípios orientadores presentes nos documentos que definem a ação da Câmara Municipal de Castro Verde, e no quadro das várias iniciativas programadas para Castro Verde**, propõe-se a celebração de protocolo de colaboração com a Federação Portuguesa de Voleibol para a organização de etapa do Campeonato Nacional de Voleibol de Praia, no Campo de Jogos de Areia do Parque Desportivo de Castro Verde, nos dias 17,18 e 19 de Junho, conforme documento anexo, a ser assinado no dia 11 de Junho, no Cineteatro Municipal de Castro Verde, na Gala da Associação de Voleibol do Alentejo e Algarve.”

Apreciado o assunto, deliberou a Câmara, por unanimidade e nominalmente, aprovar a proposta formulada pelo Sr. Vereador Paulo Nascimento, celebrando com a Federação Portuguesa de Voleibol um protocolo de colaboração para os efeitos acima referidos, cuja minuta se anexa à presente ata, dando-se, por isso, como aqui integralmente transcrita.

3. - Avaliação da prorrogação do protocolo de colaboração estabelecido com a CERCICOA:

Apreciou a Câmara a seguinte informação da Divisão da Ação Social, Educação, Cultura e Desporto:

“Entre o Município de Castro Verde e a CERCICOA, em 2 de Maio/2013, foi subscrito um protocolo de Colaboração, tendo como objetivo o incentivo e a cooperação financeira, entre as partes, destinado à manutenção e abrangência dos serviços prestados pelo segundo outorgante, a 69 municípios do concelho, nas várias respostas sociais que a entidade proporciona.

O Protocolo em causa tem vigência de 1 ano, sendo a sua renovação segundo a 2.^a clausula, sujeita a uma avaliação de cariz anual, tendo por esse facto sido solicitada ao segundo Outorgante – CERCICOA, informação que fundamente a sua continuidade. Assim, junto se anexa o documento disponibilizado por aquela entidade, referente ao número de munícipes do concelho distribuídos pelos vários serviços prestados, salientando que o numero estabelecido no protocolo mantém se igual (69 munícipes).

Atendendo à elevada importância da prestação de serviços, para as pessoas que beneficiam das atividades oferecidas pela CERCICOA, considera-se de todo pertinente a prorrogação do protocolo entre as duas entidades.”

Apreciado o assunto, a Câmara, em face da informação da DASECD, que confirma que, no mês de Maio do ano corrente, 69 utentes deste concelho utilizaram os serviços na referida Instituição, deliberou, por unanimidade e nominalmente, prorrogar o protocolo de colaboração celerado com a CERCICOA - Cooperativa de Educação e Reabilitação de Crianças Inadaptadas e Solidariedade Social dos concelhos de Castro Verde, Ourique e Almodôvar.

4. - Concessão e renovação de cartões sociais:

Com base na informação nº. 511 da Divisão da Ação Social, Educação, Cultura e Desporto e respetiva documentação anexa, deliberou a Câmara, por unanimidade e nominalmente, o seguinte:

- Conceder cartões sociais a: Maria Leonor Afonso Rebolo Tomé, residente no Monte do Beringelinho, e a Maria Duarte Silva Guerreiro Francisco, residente em Casével, ambas no escalão B.
- Renovar o cartão social de José Costa Luís, residente no Monte do Beringelinho, no escalão A.
- Indeferir o pedido de cartão social requerido por Maria Luísa Francisco Casimiro, residente Castro Verde, em virtude do seu rendimento per-capita exceder o previsto no respetivo regulamento municipal.

5. - Concessão de subsídio ao Agrupamento de Escolas de Castro Verde, no âmbito do apoio “Os Heróis dos Livros” - 2016:

Apreciou a Câmara a seguinte proposta formulada pelo Sr. Vereador Paulo Nascimento:

“A solicitação anexa enquadra-se no Plano de Atividades da Rede de Bibliotecas de Castro Verde, que tem como suporte o protocolo celebrado entre a Câmara Municipal de Castro Verde e o Agrupamento de Escolas de Castro Verde.

Assim, nos termos da alínea d), do ponto 3, por se tratar de uma “iniciativa de animação pedagógica e da promoção da leitura e das literacias”, proponho a atribuição de um apoio de 500 € (a exemplo dos anos anteriores) ao prémio de leitura “Os Heróis dos Livros”, iniciativa promovida em parceria com a Biblioteca Municipal e o Projeto Ler+, devendo a verba ser atribuída ao Agrupamento de Escolas de Castro Verde, enquanto entidade coordenadora da ação em causa.”

A Câmara deliberou, por unanimidade e nominalmente, aprovar a proposta formalizada pelo Sr. Vereador Paulo Nascimento, atribuindo ao Agrupamento de Escolas de Castro Verde o apoio financeiro no montante de 500 €, autorizando o respetivo pagamento.

6. - Atividades de Tempos Livres - Verão 2016:

Apreciou a Câmara a seguinte proposta formulada pelo Sr. Vereador Paulo Nascimento:

“No âmbito da sua ação, a Câmara Municipal de Castro Verde tem pautado pelo desenvolvimento de um conjunto de iniciativas que visam a promoção de atividades de tempos livres, direcionadas a crianças durante as pausas do calendário escolar, tendo subjacente princípios orientadores e linhas de enquadramento importantes para a dinâmica comunitária e o desenvolvimento e bem-estar das próprias crianças que frequenta, estes programas, conforme referido nos documentos que compõem esta proposta.

Os programas apresentados contemplam a organização de atividades que ocupam o tempo livre das crianças de forma lúdica e criativa com o objetivo primordial de contribuir para uma educação global que promova o enriquecimento da criança a nível cultural e cívico, proporcionando, ao mesmo tempo, diversão e lazer, desenvolvendo, assim, aptidões que lhe permitam um crescimento saudável.

A construção destes programas tem sido assumida como um sistema dinâmico, que busca novos processos que se adaptem às necessidades da comunidade e que, conjuntamente com o saber acumulado, fruto da experiência de anos anteriores, nos permita equacionar soluções e propostas em função dos recursos disponíveis e da cooperação possível através de várias parcerias locais.

Importa referir que as parcerias locais são componente fundamental neste processo, quer pela possibilidade de operacionalizar a estrutura organizacional dos figurinos adotados, quer pelos contributos para o enriquecimento dos conteúdos das atividades a desenvolver, proporcionando à criança a possibilidade de contactar e explorar o meio físico e social, de modo a que se consiga compreender o meio em que se insere à procura de soluções e respostas para a sua curiosidade, inserida num contexto de grupo, onde se estimula a interajuda e o convívio social.

Nesta proposta, que articula com a manutenção das Atividades de Animação e Apoio à Família nos Centros Escolares do concelho, equacionam-se duas tipologias de programas de tempos livres, que estabelecem espaços de colaboração entre si e que abrem espaço para enquadrar no seu contexto dinâmicas direcionadas a crianças com necessidades educativas especiais e a crianças referenciadas pela Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Castro Verde.

Atividades da Verão da APADIJ:

Programa de Ocupação de Tempos Livres a protocolar com a Associação para o Acompanhamento do Desenvolvimento Infantil e Juvenil e o Agrupamento de Escolas de Castro Verde, conforme documento anexo.

Público-alvo: crianças dos 6 aos 12 anos.

Horário alargado, direcionado a famílias com esta necessidade efetiva.

Participação paga em função dos períodos de frequência e possibilidade de usufruir de serviço de refeição.

Descontos para famílias economicamente carenciadas.

Data: 13 de Junho a 9 de Setembro.

Horário: 9 horas às 17,30 - 2ª. a 6ª. feira.

Possibilidade de prolongamento de horário: 7h30 - 18h30.

Programa “Férias Criativas”:

Atividade a desenvolver diretamente pelos Serviços Socioculturais da Autarquia.

Público-alvo: crianças dos 6 aos 12 anos.

Horário parcial, turnos específicos tendo por base uma ocupação parcial do tempo livre através de um programa de lazer e pedagógico podendo, nalguns dias, em função das atividades ter horário alargado.

Inscrição: 10 €

Data:

1º. Turno Castro Verde, Entradas e Casével - 11 a 29 de Julho.

2º. Turno Castro verde, Stª. Bárbara de Padrões e S. Marcos da Ataboeira - 8 a 26 de Agosto.

Colaboração: Juntas de Freguesia e associações do concelho.

O Programa “Férias Criativas” é contextualizada pela proposta anexa.

Os programas vão funcionar em articulação, existindo, sempre que possível e se considere de interesse, uma partilha de atividade e utilização de espaços e equipamento de lazer, numa ótica de rentabilização de recursos e promoção de convívio e confraternização, pelo que, os técnicos das entidades envolvidas responsáveis pelos programas têm partilhado e articulado a construção dos mesmos.

Importa reforçar que a autarquia mantém em funcionamento, a título gratuito, a **Componente Apoio à Família**, nos meses de julho e setembro, nos Centros Escolares de Castro Verde, Entradas e Santa Bárbara de Padrões, destinado a crianças em idade pré-escolar.”

Apreciado o assunto, deliberou a Câmara, por maioria, com as abstenções dos Srs. Vereadores António José de Brito e Carlos Alberto Pereira, aprovar a proposta formulada pelo Sr. Vereador Paulo Nascimento,

Justificaram os Srs. Vereadores a sua abstenção com a seguinte declaração de voto:

“Declaração de Voto

Face à proposta apresentada para os projectos de ATL de Verão, quer da Câmara quer da APADIJ, gostaríamos de **destacar o seguinte para justificar a nossa ABSTENÇÃO:**

1 – Em 2014 e em 2015, os vereadores do PS apresentaram propostas alternativas para o modelo de ATL dinamizado pela Câmara Municipal. Tais propostas, assentes em períodos de tempo e horários mais longos, foram recusadas pela maioria da CDU.

2 – Em 2016, as linhas gerais do modelo agora apresentado para análise e votação são exactamente iguais às anteriores.

3 – Defendemos também que, não havendo capacidade da Câmara para dinamizar esse modelo, poderia ser contratualizado com entidades competentes para o fazerem, como é o caso da APADIJ.

4 – Registamos, contudo, que os valores cobrados pela APADIJ a cada criança não são baixos, apesar do apoio financeiro prestado pela Câmara – o que nos leva a concluir que o protocolo entre as duas entidades tem de ser revisto e a Câmara tem de fortalecer o seu apoio financeiro para que as famílias suportem um pagamento mais moderado.

5 – Finalmente, lamentamos muito que, pelo segundo ano consecutivo, a Proposta apresentada para análise e votação nesta reunião de Câmara já tenha sido antecipadamente divulgada em público há vários dias através da Agenda Cultural. Sem nos querermos alongar sobre este tipo de procedimento, não podemos deixar de manifestar o nosso mais firme protesto por este evidente desrespeito pelos eleitos do PS na Câmara Municipal.”

PERIODO RESERVADO À INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

Não se verificou a presença de público.

APROVAÇÃO EM MINUTA

Desta reunião se lavrou minuta, a qual foi aprovada por unanimidade pela Câmara para que produzam efeitos imediatos as respetivas deliberações.

ENCERRAMENTO DOS TRABALHOS

Não havendo mais nada a tratar, foi encerrada a reunião pelas 22,30 horas, da qual se lavrou a presente ata e submetida a votação foi aprovada e assinada por todos os membros presentes, assim como pelo Coordenador Técnico da Secção Administrativa, Fernando Colaço Sebastião, nos termos do nº 2 do artigo 57º da Lei nº. 75/2013, de 18 de Setembro.